


 ISBN 978-65-87201-88-7
 © IBGE, 2021

Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2019

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, nesta publicação, uma síntese do desempenho da economia brasileira no ano de 2019 sob a perspectiva dos resultados do Sistema de Contas Nacionais - SCN¹.

A partir das recomendações internacionais do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, disponibiliza informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País, além de dados sobre a acumulação de ativos, patrimônio financeiro e as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.

A produção e a geração da renda por atividades econômicas, bem como a oferta e a demanda por produtos, são apresentadas nas Tabelas de Recursos e Usos do SCN. A classificação dessas atividades econômicas baseia-se na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

Ademais um panorama da economia por setores institucionais – empresas não financeiras, empresas financeiras, governo, instituições sem fins de lucro a serviço das famílias e famílias – é apresentado pelas Contas Econômicas Integradas.

O Produto Interno Bruto - PIB brasileiro cresceu 1,2%, em 2019, o que representa, em valores correntes, R\$ 7 389 bilhões, e o PIB *per capita*, R\$ 35 161,70.

O crescimento de 1,2% do PIB, em 2019, resultou de um aumento de 1,0% no valor adicionado bruto, com destaque para o grupo *Serviços*, que cresceu 1,5%, enquanto os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios, cresceram 2,7%. A taxa de investimento da economia brasileira foi de 15,5%, em 2019, e o consumo das famílias teve uma variação, em volume, de 2,6%.

Síntese do desempenho da economia brasileira 2019

1,2%
PIB
 Variação em volume

PIB
per capita

R\$ 35 161,70
15,5%
Taxa
 de investimento

2,6%
Consumo das famílias
 variação em volume


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa; e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o SCN encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>

As revisões do SCN

Em cada publicação anual, o SCN incorpora novas informações ou dados atualizados que não estavam disponíveis quando as publicações anteriores foram divulgadas. As maiores diferenças, ou revisões, nos agregados macroeconômicos devem-se aos dados anuais divulgados pelas pesquisas econômicas estruturais do IBGE: Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa e Pesquisa Industrial Anual - Produto - PIA-Produto; Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC; Pesquisa Anual de Comércio - PAC; e Pesquisa Anual de Serviços - PAS. Além disso, o SCN utiliza dados atualizados, desidentificados e agregados por categorias da CNAE 2.0, da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, provenientes das declarações de imposto de renda das empresas.

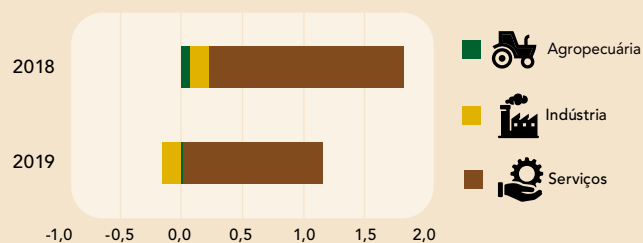
Em relação aos resultados preliminares do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT, o crescimento do PIB, em 2019, foi revisado de 1,4% para 1,2%. Essa revisão decorreu, principalmente, da incorporação de novos dados sobre o impacto econômico do rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, ocorrido em 25.01.2019. A queda da atividade *Indústria extrativa mineral*, decorrente desse evento, foi ajustada de -0,9% para -9,1%. Para o total da *Indústria*, o impacto dessa revisão na taxa de crescimento do valor adicionado bruto foi de -1 ponto percentual.

contribuído com 1,1 ponto percentual para esse resultado, a *Agropecuária*, cujo crescimento em volume neste ano foi de 0,4%, não contribuiu tecnicamente em pontos percentuais para o resultado do valor adicionado bruto e o setor *Indústria*, que diminuiu em volume 0,7%, influenciou negativamente com 0,1 ponto percentual.

Em 2019, bem como em 2018, o *Comércio* se manteve como uma das atividades com maior contribuição para o crescimento, além de *Atividades imobiliárias* e *Outras atividades de serviços*.

Contribuição para a variação, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, por grupo de atividades econômicas (%)

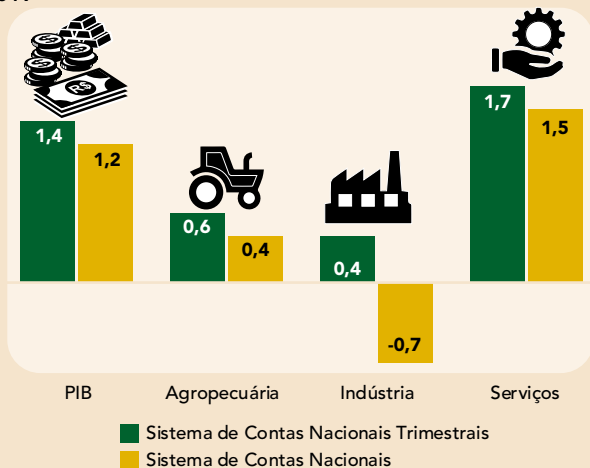
2018-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Revisões do PIB e do valor adicionado bruto dos grupos de atividades econômicas, por tipos de resultados (%)

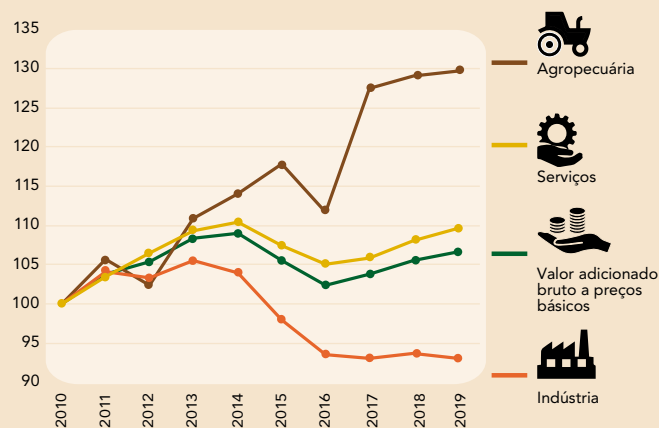
2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Valor adicionado bruto a preços básicos, por grupos de atividades econômicas (Número índice: 2010 = 100)

2010-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da produção

Ao somar-se o valor adicionado bruto gerado por cada atividade econômica ao total dos impostos sobre os produtos, líquidos de subsídios, calcula-se o PIB pela ótica da produção.

O valor adicionado bruto cresceu 1,0% em volume em 2019. Embora o setor *Serviços*, que aumentou em volume 1,5%, tenha

Em 2019, o *Comércio* avançou 1,6%, com destaque para o crescimento em volume das margens de comercialização dos produtos milho em grão (42,0%), caminhões e ônibus (23,0%) e álcool (13,8%).

Atividades imobiliárias, por sua vez, apresentaram acréscimo de 2,4%, contribuindo com 0,2 ponto percentual para o aumento do valor adicionado da economia. Por sua vez, *Outras atividades de serviços* cresceram 2,8% e contribuíram com 0,5 ponto percentual para o crescimento total do valor adicionado.

A atividade *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* registrou um crescimento de 2,6%, contribuindo com 0,1 ponto percentual para o aumento do valor adicionado da economia. A atividade *Energia elétrica, gás natural e outras utilidades* cresceu 3,2%, enquanto *Água, esgoto e gestão de resíduos* cresceu 1,1%.

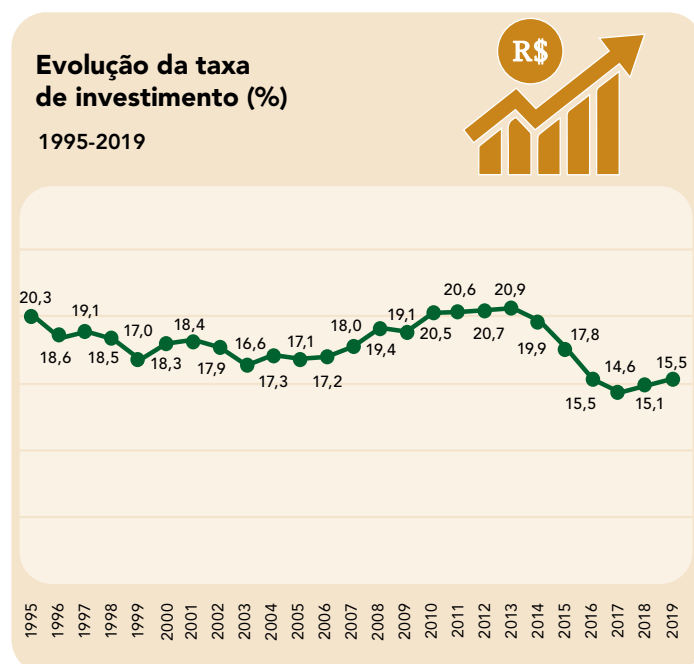
Entretanto a atividade *Construção*, que mantinha, desde 2014, uma série de resultados negativos, reverteu, em 2019, essa tendência de queda em volume no valor adicionado bruto, com desempenho de 1,9%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

As despesas de consumo final, que englobam despesas de consumo das famílias, governos e instituições sem fins de lucro, cresceram 1,9% em volume, em 2019. O consumo das famílias, que responde por 74,8% da demanda final e por 63,7% do PIB, cresceu 2,6%. A variação média de preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias foi de 3,7% e o valor do consumo final *per capita* mensal das famílias passou de R\$ 1 768,05, em 2018, para R\$ 1 865,97, em 2019. Por sua vez, as despesas de consumo final do governo, constituídas pelas despesas com bens e serviços oferecidos pelo governo à coletividade, caíram 0,5% em 2019, após terem crescido 0,8% em 2018.

A formação bruta de capital fixo da economia brasileira somou R\$ 1,1 trilhão em 2019. Sua variação em volume de 4,0% foi a mais acentuada entre os componentes da demanda agregada e o segundo resultado positivo depois de quatro anos seguidos de queda. A taxa de investimento, que consiste na razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, foi 15,5%, registrando um crescimento de 0,4 ponto percentual em relação a 2018, atingindo o patamar de 2016.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da demanda

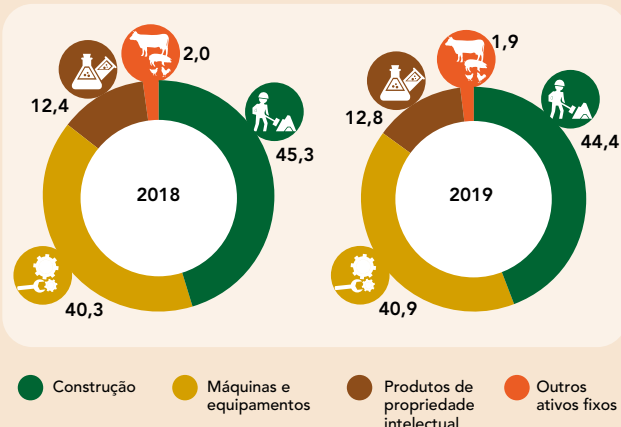
Além da ótica da produção, o PIB também pode ser calculado pela ótica da demanda, ou seja, pela soma dos componentes da demanda final, que são o consumo final, os investimentos e o saldo líquido entre exportações e importações de bens e serviços.

Em 2019, o volume das exportações caiu 2,6%, enquanto o volume das importações cresceu 1,3%. O resultado foi uma contribuição negativa para a variação em volume do PIB de, aproximadamente, 0,6 ponto percentual.

Construção continua sendo o grupo de maior relevância entre os componentes da formação bruta de capital fixo, mas sua representatividade que vem caindo desde 2017, passou de 45,3%, em 2018, para 44,4%, em 2019. O ganho de participação ficou dividido entre *Máquinas e equipamentos* e *Produtos de propriedade intelectual*. *Máquinas e equipamentos*, o segundo grupo mais importante, passou de 40,3% para 40,9%, enquanto a participação dos *Produtos de propriedade intelectual* passou de 12,4% para 12,8% nesse período.

Componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2018-2019

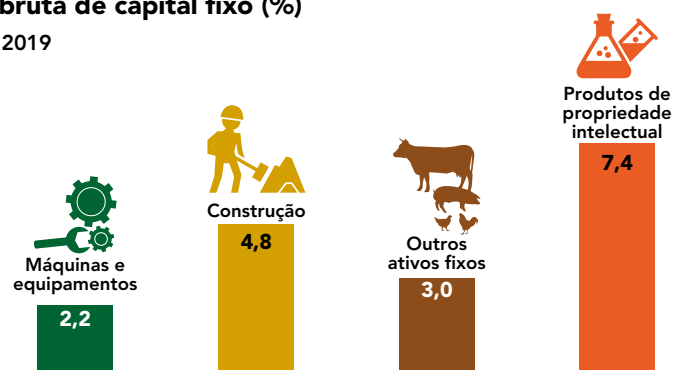


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A participação da construção residencial, em 2019, correspondeu a 46,9% do total da *Construção*, enquanto outros edifícios e estruturas responderam por 53,1%. A composição do grupo *Máquinas e equipamentos* ficou assim distribuída: 36,7%, equipamentos de transporte; 14,8%, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC); e 48,4%, outras máquinas e equipamentos. No que se refere aos *Produtos de propriedade intelectual*, 68,1% correspondem a *software*, bancos de dados e exploração mineral, e 31,9%, a pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Varição em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Quanto à variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo, todos os grupos apresentaram variação positiva em 2019. O grupo que apresentou a maior variação foi *Produtos de propriedade intelectual* (7,4%), puxada pelo crescimento de 12,0% em *software*, bancos de dados e exploração mineral. Depois de cinco anos seguidos de retração, *Construção* apresentou um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior. Foram registradas variações positivas menores em *Máquinas e equipamentos* (2,2%) e *Outros ativos fixos* (3,0%).

O PIB pela ótica da renda

Além do PIB poder ser mensurado de acordo com a contribuição de cada atividade econômica, ou segundo a soma dos componentes da demanda final, ele pode ser calculado sob a ótica dos rendimentos dos fatores de produção utilizados no processo produtivo. Nesse caso, agregam-se impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação (referentes à participação do governo), remunerações dos empregados (parcela destinada aos trabalhadores sob as formas de salários e contribuições sociais), excedente operacional bruto e rendimento misto das famílias. Entre esses componentes, as maiores taxas anuais de crescimento, entre os anos de 2018 e 2019, foram o rendimento misto bruto e o excedente operacional bruto, sendo que este último chegou a representar 32,9% do PIB em 2019.

Componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda

2018-2019

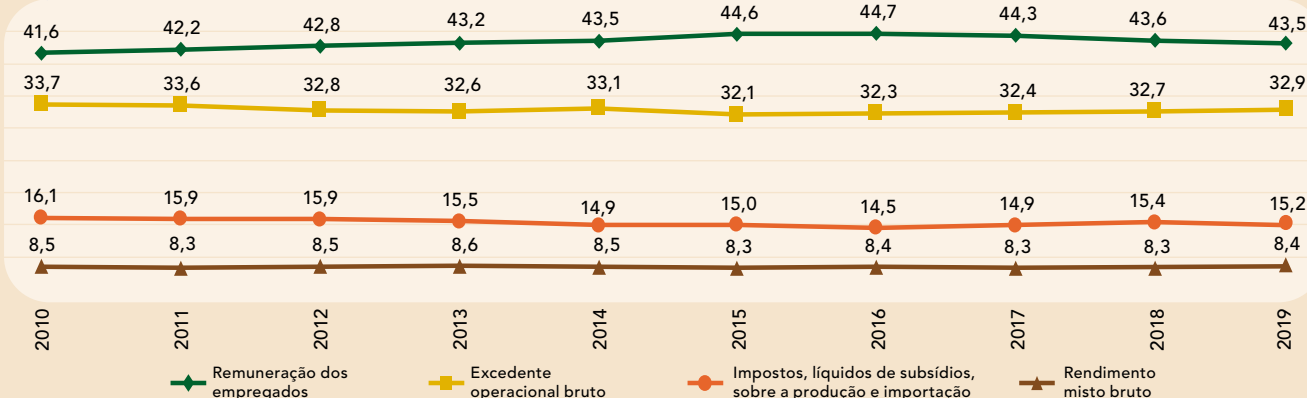
Componentes do PIB	2018		2019	
	R\$ (bilhões)	Percentual (%)	R\$ (bilhões)	Percentual (%)
Produto Interno Bruto	7 004	100,0	7 389	100,0
Remuneração	3 056	43,6	3 218	43,5
Salários	2 422	34,6	2 540	34,4
Contribuições sociais	633	9,0	678	9,2
Rendimento misto bruto	584	8,3	618	8,4
Excedente operacional bruto	2 288	32,7	2 430	32,9
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	1 077	15,4	1 124	15,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2019, as atividades com maiores acréscimos do excedente operacional bruto foram *Indústria extrativa*, com 16,1%, e *Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana*, com 15,3%. O crescimento nominal anual de 7,0% das contribuições sociais e de 4,9% dos salários fizeram com que as remunerações estivessem no patamar de 43,5% do PIB em 2019. *Indústria de transformação*, que contribui com 14,5% de todo o salário pago aos trabalhadores com vínculo, apresentou crescimento salarial nominal de apenas 2,8% no ano e *Agropecuária*, responsável por 8,0% de todo o salário pago aos trabalhadores sem vínculo, teve redução de 2,9%. A participação dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produção e importação interrompeu a série crescente que vinha ocorrendo desde 2017 e passou a contribuir com 15,2% do PIB em 2019.

Evolução da participação dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda (%)

2010-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2019, observou-se um aumento das ocupações dos trabalhadores autônomos que compreendem ocupações por conta própria, empregadores de unidades informais e trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio ou parente. Os destaques foram as atividades de *Transporte, armazenagem e correio*, com 13,3% de variação em relação a 2018, e *Atividades imobiliárias*, com 11,5%, o que contribuiu para que as ocupações dos trabalhadores autônomos chegassem a 32,2% do total de ocupações no País. A atividade *Transporte, armazenagem e correio* também foi aquela com maior crescimento do rendimento misto bruto (17,8%), contribuindo com 5,2% do total, em 2019.

Em relação às ocupações assalariadas, cresceu a participação daquelas sem carteira de trabalho assinada, atingindo 17,6% do total de ocupações do País, em 2019. Ainda assim, a maior parte das vagas do mercado de trabalho no Brasil foram ocupadas formalmente, representando 50,2%. *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* foi a atividade com maior crescimento no mercado formal de trabalho em 2019 (13,3%). Contudo, todos os tipos de inserção no mercado de trabalho também avançaram, tendo sido registrado crescimento de 18,5% para ocupações sem carteira e de 6,61% para autônomos.

Ocupações, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho

2018-2019

Ocupações	2018		2019	
	Total (1 000)	Percentual (%)	Total (1 000)	Percentual (%)
Total	104 340	100,0	105 996	100,0
Com vínculo formal	53 060	50,9	53 174	50,2
Sem carteira	18 102	17,3	18 682	17,6
Autônomos	33 179	31,8	34 140	32,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução do valor adicionado bruto e das ocupações por grupos de atividades

O Sistema de Contas Nacionais - SCN permite observar a evolução em volume do valor adicionado bruto e do número de ocupações por atividade. As tabelas, a seguir, estão coloridas de acordo com a magnitude de variação das taxas: resultados mais positivos figuram em tons mais escuros de verde, enquanto a tonalidade salmão será mais forte para resultados mais negativos.

Com relação ao valor adicionado bruto, a atividade *Informação e comunicação* destacou-se em 2019 (4,5%), e também ao longo da série, pois manteve taxas acima do total da economia, exceto nos anos de 2006 e 2010. *Indústria extrativa*, apesar da redução de 9,1% em 2019, registrou, ao longo do período, crescimento de 2,7%, acima do total da economia (2,0%).

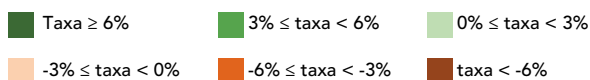
O resultado negativo de 0,4% da atividade *Indústria de transformação*, em 2019, contribuiu para mantê-la como a atividade com as menores taxas no período entre 2005 e 2009 (média de 0,1%). *Construção*, após cinco anos de resultados negativos, e aumento de 1,9% em 2019, apontou taxa média de crescimento de aproximadamente 1,1%, no período, contra 2,0% para o total da economia.

A segunda tabela, com a variação no número de ocupações, mostra que a tendência de crescimento para o total da economia, no período de 2005 a 2014, seguido de uma queda nos anos 2015 e 2016, e de recuperação nos anos entre 2017 e 2019, manifestou-se de forma diferenciada entre as atividades. As atividades *Agropecuária* e *Indústria extrativa* apresentaram diminuição no número de ocupados, em 2019, de, respectivamente, 1,4% e 5,8%, consolidando resultados abaixo do total da economia ao longo da série. *Indústria extrativa* registrou queda pelo sexto ano consecutivo, e *Indústria de transformação*, embora com taxas positivas, entre 2017 e 2019, apresentou uma taxa média anual de 1,0%, entre 2005 e 2019, abaixo da observada no total da economia (1,3%).

Varição em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)

2005-2019

Grupos de atividades	Varição em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)														
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	3,0	3,7	5,8	4,7	(-) 0,1	7,0	3,7	1,6	2,9	0,5	(-) 3,2	(-) 2,9	1,3	1,8	1,0
Agropecuária	1,1	4,6	3,2	5,8	(-) 3,7	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2	14,2	1,3	0,4
Indústrias extrativas	6,8	6,5	2,9	4,1	(-) 2,1	14,9	3,5	(-) 1,9	(-) 3,2	9,1	5,7	(-) 1,2	4,9	0,4	(-) 9,1
Indústrias de transformação	2,2	1,2	6,1	4,1	(-) 9,3	9,2	2,2	(-) 2,4	3,0	(-) 4,7	(-) 8,5	(-) 4,8	2,3	1,4	(-) 0,4
Eletricidade, gás e água	3,1	4,1	6,1	2,6	0,7	6,3	5,6	0,7	1,6	(-) 1,9	(-) 0,4	6,5	0,9	3,7	2,6
Construção	(-) 2,1	0,3	9,2	4,9	7,0	13,1	8,2	3,2	4,5	(-) 2,1	(-) 9,0	(-) 10,0	(-) 9,2	(-) 3,0	1,9
Comércio	3,1	5,0	8,3	5,3	(-) 2,3	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	(-) 7,3	(-) 6,6	2,3	2,6	1,6
Transporte, armazenagem e correio	3,6	2,5	5,1	7,6	(-) 4,4	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	(-) 4,3	(-) 5,6	1,0	2,1	0,1
Informação e comunicação	5,8	0,8	6,4	9,8	0,0	5,4	6,5	7,0	4,0	5,3	(-) 0,9	(-) 2,0	1,4	1,8	4,5
Atividades financeiras e de seguros	5,8	8,2	15,1	13,2	8,8	9,3	6,2	1,5	1,8	(-) 0,6	(-) 1,2	(-) 3,4	(-) 1,1	1,0	1,1
Atividades imobiliárias	4,2	4,7	6,0	1,4	3,0	4,9	1,9	5,1	5,1	0,7	(-) 0,4	0,2	1,3	3,3	2,4
Outras atividades de serviços	4,9	3,8	3,6	4,7	3,0	3,3	4,6	3,6	1,6	1,9	(-) 3,7	(-) 1,3	0,7	3,5	2,8
Administração, saúde e educação públicas	1,0	3,9	2,2	0,6	3,4	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	(-) 0,4

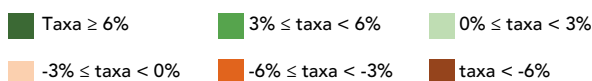


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Varição do número de ocupações (%)

2005-2019

Grupos de atividades	Varição do número de ocupações (%)														
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	3,0	2,8	1,6	1,2	0,9	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6	1,3	2,7	1,6
Agropecuária	0,7	(-) 3,1	(-) 4,2	(-) 2,8	(-) 3,0	(-) 2,0	(-) 7,1	(-) 6,6	0,1	5,4	(-) 7,3	(-) 0,2	(-) 0,2	2,3	(-) 1,4
Indústrias extrativas	0,9	(-) 1,2	8,7	0,5	0,8	9,8	9,7	2,4	2,9	(-) 2,1	(-) 4,8	(-) 15,3	(-) 4,2	(-) 0,2	(-) 5,8
Indústrias de transformação	8,0	0,2	4,1	3,2	(-) 1,3	6,1	1,4	1,5	1,5	(-) 1,7	(-) 5,9	(-) 5,5	1,4	1,7	0,7
Eletricidade, gás e água	1,7	2,8	1,9	6,4	1,3	4,5	3,8	0,0	3,9	(-) 9,2	(-) 1,1	(-) 1,3	3,2	4,6	3,5
Construção	4,7	1,1	5,0	4,9	5,8	8,5	3,2	5,9	2,7	3,9	(-) 5,6	(-) 7,0	(-) 4,3	(-) 1,0	1,7
Comércio	4,1	4,5	2,3	(-) 1,7	2,4	2,0	1,5	2,7	0,1	4,2	(-) 2,5	(-) 1,9	1,8	2,1	(-) 1,6
Transporte, armazenagem e correio	3,6	3,4	3,4	5,8	(-) 7,8	4,2	4,5	4,4	1,5	2,3	(-) 0,5	(-) 0,1	4,3	1,5	5,8
Informação e comunicação	7,9	9,0	3,5	4,6	(-) 0,8	3,2	7,1	4,6	0,8	7,2	(-) 3,3	(-) 3,0	(-) 1,1	0,9	6,7
Atividades financeiras e de seguros	1,4	1,2	4,2	(-) 2,3	1,5	6,1	3,1	1,6	(-) 0,7	8,5	(-) 1,6	0,8	(-) 1,1	3,8	13,3
Atividades imobiliárias	(-) 0,5	7,8	5,6	(-) 3,6	(-) 3,7	7,3	0,3	7,1	5,9	3,4	3,0	4,5	0,6	6,4	2,8
Outras atividades de serviços	1,7	6,4	1,4	3,4	2,8	(-) 1,8	4,9	2,3	1,3	4,2	(-) 1,4	0,4	3,4	4,8	3,8
Administração, saúde e educação públicas	1,8	5,1	5,1	1,1	2,5	3,9	1,7	2,3	5,9	(-) 1,5	(-) 2,2	(-) 0,4	(-) 0,6	1,8	1,2



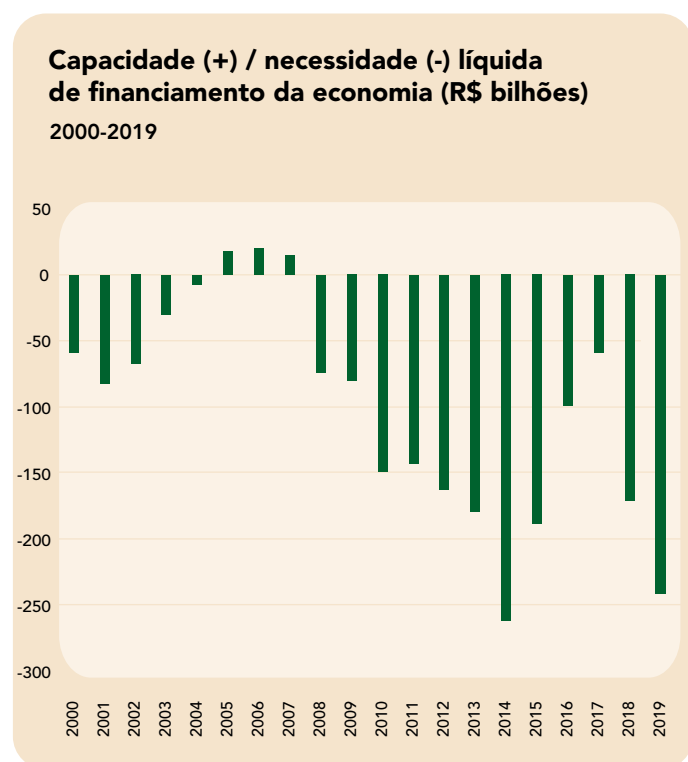
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Setores institucionais

A necessidade de financiamento da economia brasileira, de R\$ 241,0 bilhões em 2019, apresentou elevação em relação a 2018, quando atingiu R\$ 166,7 bilhões, com um aumento de 44,5% em termos nominais. Contribuiu para o aumento da necessidade de financiamento do País, o desempenho do comércio exterior, pois enquanto as exportações de bens e serviços apresentaram crescimento nominal de 1,8% (R\$ 1,03 trilhão, em 2018, contra R\$ 1,04 trilhão, em 2019), as importações de bens e serviços experimentaram maior elevação, de 9,4% (de R\$ 997 bilhões, em 2018, para R\$ 1,1 trilhão, em 2019). Desse modo, o saldo externo de bens e serviços da economia brasileira registrou uma evolução negativa, passando de um superávit de R\$ 27,6 bilhões, em 2018, para um déficit de R\$ 47,6 bilhões, em 2019.

No mesmo sentido, contribuiu para a maior necessidade de financiamento da economia brasileira no ano, o aumento líquido do envio de rendas de propriedade ao resto do mundo, que passou de R\$ 195,7 bilhões, em 2018, para R\$ 199,1 bilhões, em 2019.

No sentido contrário, destaca-se o comportamento da conta de lucros reinvestidos provenientes de investimento estrangeiro direto: enquanto os lucros reinvestidos pelo resto do mundo na economia brasileira registraram elevação de 331,5% (R\$ 9,9 bilhões, em 2018, para R\$ 42,9 bilhões, em 2019), os realizados pela economia brasileira no resto do mundo registraram um incremento nominal de 36,5% (de R\$ 59,6 bilhões, em 2018, para R\$ 81,3 bilhões, em 2019).

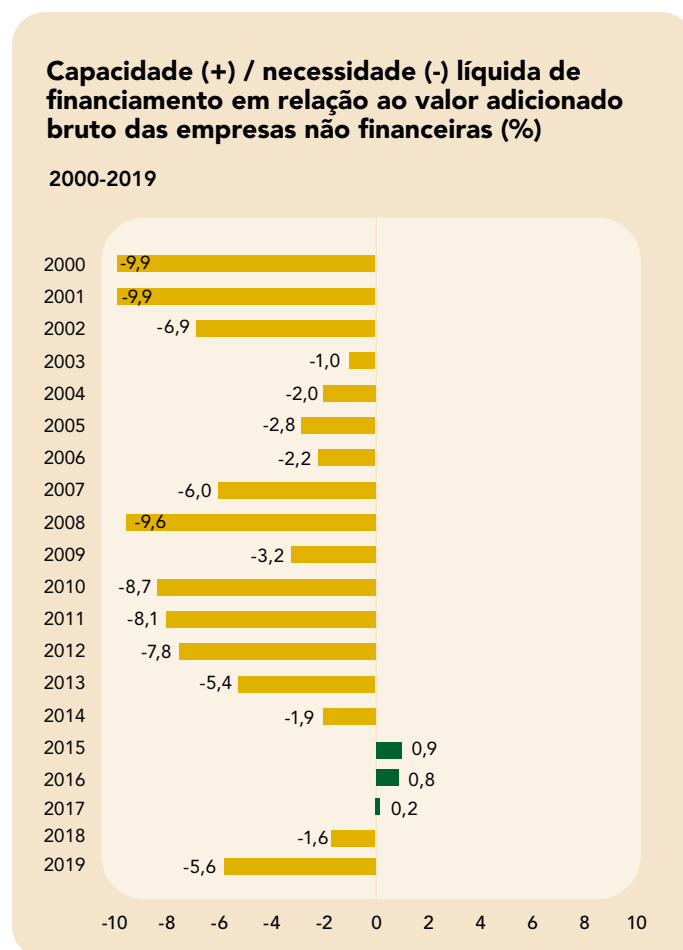


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O comportamento de outras transferências correntes também atuou no sentido de reduzir, ainda que em menor escala, a necessidade de financiamento da economia brasileira, uma vez que as transferências recebidas pela economia nacional registraram elevação nominal de 16,0% (de R\$ 17,7 bilhões, em 2018, para R\$ 20,6 bilhões, em 2019) e as transferências realizadas para o resto do mundo pela economia brasileira registraram redução nominal de 10,1% (de R\$ 18,9 bilhões, em 2018, para R\$ 17,0 bilhões, em 2019).

O setor empresas não financeiras

A necessidade de financiamento das empresas não financeiras cresceu, em 2019, indicando normalização da situação econômico-financeira desse setor em relação à média de seus resultados históricos (-4,5% ao ano). De fato, eventos como a ocorrência de capacidade de financiamento nas empresas não financeiras, no período entre 2015 e 2017, foram bastante raros, refletindo algum grau de disfuncionalidade na economia.

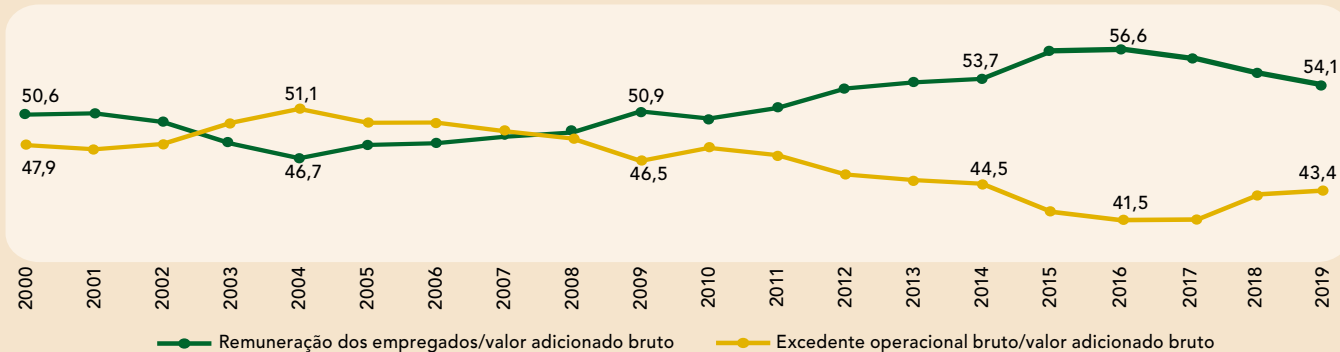


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tanto o excedente operacional bruto quanto as remunerações pagas aos empregados das empresas não financeiras, em 2019, permaneceram muito próximos à estabilidade em relação ao valor adicionado bruto, alterando marginalmente o resultado do ano anterior.

Evolução da remuneração dos empregados e do excedente operacional bruto em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

2000-2019

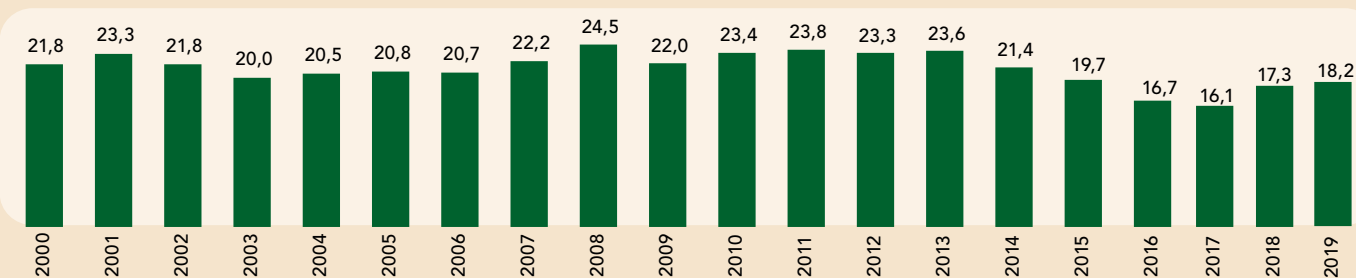


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Formação bruta de capital fixo / valor adicionado bruto (%)

Empresas não financeiras

2000-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A poupança bruta reverteu a sequência de três anos de crescimento, passando de R\$ 507,9 bilhões, em 2018, para R\$ 438,6 bilhões, em 2019. A formação bruta de capital fixo em relação ao valor adicionado bruto, por sua vez, registrou aumento de 0,9 ponto percentual em relação a 2018, e o indicador apresentou seu segundo ano seguido de crescimento. Cabe notar, porém, que esse indicador continua abaixo de sua taxa média histórica (21,1%).

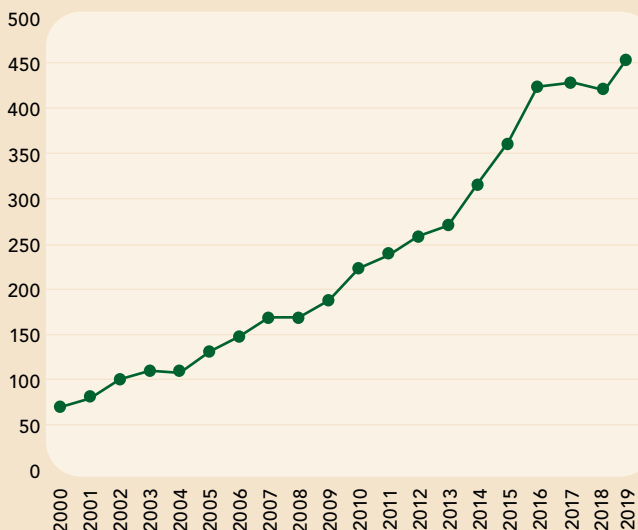
O setor empresas financeiras

O valor adicionado bruto das empresas financeiras apresentou um crescimento nominal de 8,9%, em 2019, alcançando R\$ 457,4 bilhões.

O saldo das operações de crédito, em 2019, apresentou um aumento médio de 5,7%. O crescimento das operações de crédito se deu novamente pelo desempenho do segmento voltado às famílias, que apresentou expansão de 10,5%, enquanto o crédito às empresas recuou 0,1% no ano, segundo dados do Banco Central do Brasil. Pelo lado dos juros, a redução média da taxa de juros SELIC, em 2019, foi de 8,3%, atingindo média de 6,0% ao ano (a.a.) contra 6,4% a.a., em 2018. Com o aumento mais significativo do crédito, a produção dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM), que são aqueles ligados à concessão de crédito, registrou crescimento nominal de 7,8%.

Valor adicionado bruto das empresas financeiras (R\$ bilhões)

2000-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

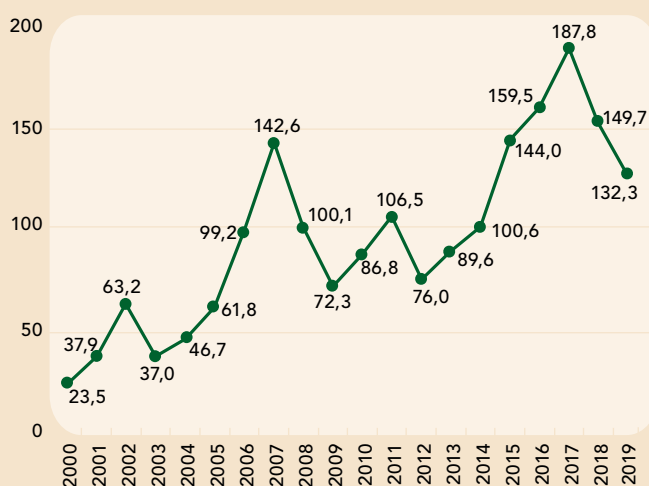
No tocante aos serviços do sistema financeiro diretamente medidos, que são aqueles associados ao pagamento de tarifas, houve um aumento de 7,5% na produção. O consumo intermediário do setor financeiro, por sua vez, apresentou crescimento nominal de 4,4%, inferior ao verificado para o total da economia (6,4%). Uma das razões para isso diz respeito à forte reestruturação por que passa o setor, com direcionamento dos serviços para estrutura virtuais, via celular e *Internet banking*, além de fechamento de agências bancárias no ano de 2019.

O subsetor seguros, previdência e planos de saúde apresentou aumento nominal de 6,5% na produção em 2019. Na previdência complementar, as receitas das contribuições sociais apresentaram crescimento nominal de 46,8%, uma vez que compreendem a evolução das contribuições sociais efetivas das famílias/empregados e suplemento às contribuições sociais (reservas matemáticas dos beneficiários), cuja variação foi de 63,3%. Por outro lado, os benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie, aumentaram 1,8%, levando ao aumento do ajuste dos direitos de pensão às famílias de 319,5%. Os prêmios e indenizações dos seguros vida e não vida apresentaram crescimento nominal de 1,0% sobre 2018.

O setor empresas financeiras apresentou uma queda nominal da capacidade de financiamento de 11,7%, ao passar R\$ 149,8 bilhões, em 2018, para R\$ 132,3 bilhões, em 2019. Contribuíram para esse resultado, o aumento maior nas rendas de propriedades pagas (8,4%) em relação às recebidas (6,3%), o aumento dos impostos sobre a renda e patrimônio de 15,6%, além do crescimento de 32,8% da formação bruta de capital fixo, que demonstra a continuidade de investimentos em tecnologia, principalmente, em ferramentas digitais pelo setor.

Capacidade (+) /necessidade (-) líquida de financiamento das empresas financeiras (R\$ bilhões)

2000-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

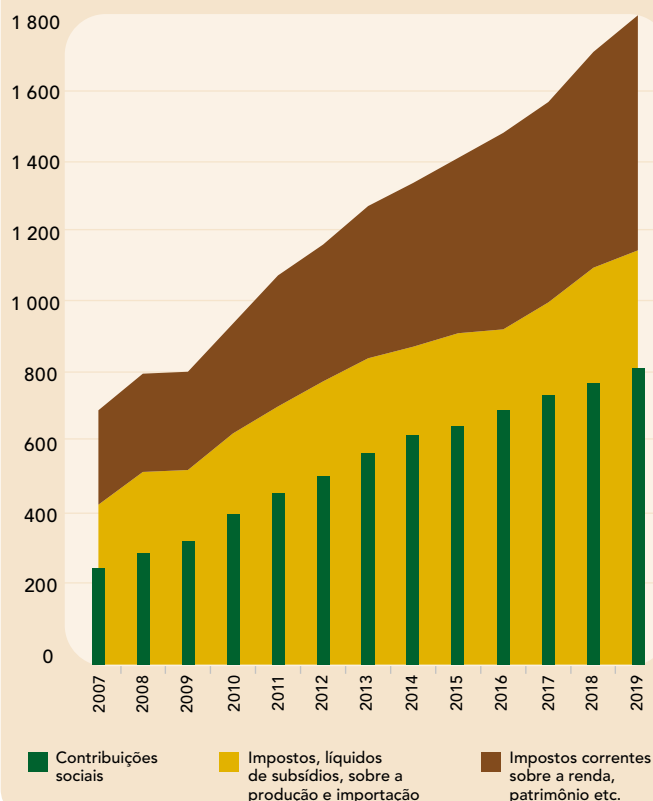
O setor governo

A produção do setor governo, avaliada pelos seus custos de produção, atingiu R\$ 1,5 trilhão, em 2019. O consumo intermediário apresentou crescimento nominal de 5,8% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 388,3 bilhões, enquanto o valor adicionado bruto foi de R\$ 1,1 trilhão, o que representou 5,8% de crescimento nominal em relação a 2018. A participação do setor no valor adicionado bruto total da economia foi de 17,4%, em 2019, mesmo patamar do ano anterior.

Pelo lado dos recursos, a receita de impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação aumentou 4,3% em termos nominais. No entanto, sua participação no total das receitas de impostos e contribuições do governo teve uma redução de 0,7 ponto percentual. Impostos sobre a renda e patrimônio, cuja arrecadação aumentou 9,4% em termos nominais, em 2019, aumentaram sua participação no total em 0,8 ponto percentual. Entretanto as contribuições sociais, excluindo as contribuições sociais imputadas e os subsídios, mostraram um recuo de 0,1 ponto percentual na participação no total das receitas de impostos e contribuições do governo, apesar do aumento de 5,5% de arrecadação em termos nominais.

Evolução dos impostos e contribuições sociais (R\$ bilhões)

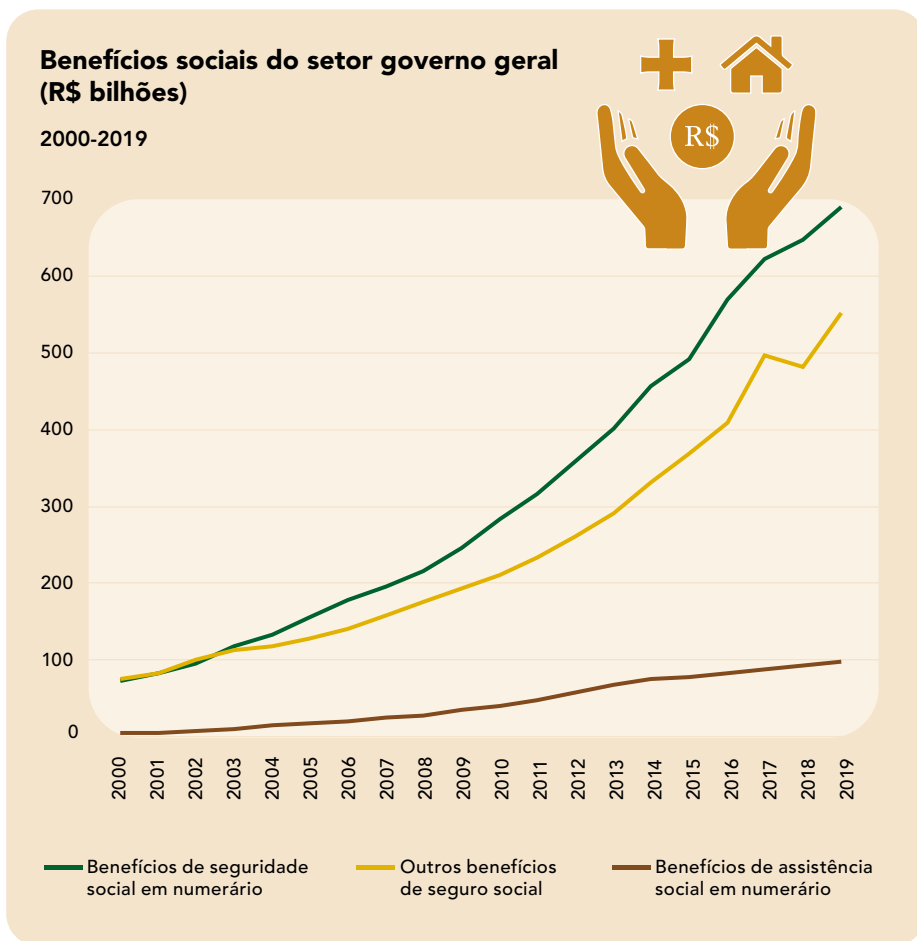
2007-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em relação aos usos, os benefícios sociais totais tiveram variação positiva de 9,6%, em 2019, ante uma variação de cerca de 1,5%, em 2018, contribuindo para a elevação da renda disponível das famílias. Entre as categorias dos benefícios sociais, destacam-se outros benefícios de seguro social, com variação de 14,4% (ante uma variação negativa de 2,6% em 2018), resultado influenciado pela liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que totalizaram R\$ 161,9 bilhões. Os benefícios da seguridade social e os benefícios de assistência social cresceram 6,4% e 6,9%, respectivamente.

O governo geral registrou uma queda na necessidade de financiamento do setor público, de R\$ 429,2 bilhões, em 2018, para R\$ 369,6 bilhões, em 2019. De maneira geral, o crescimento de 7,9% da receita total, influenciado pela receita extraordinária de R\$ 83,9 bilhões, referente ao bônus de assinatura dos contratos de partilha na produção de petróleo do Pré-Sal, em contraposição a uma variação de 5,9% das despesas totais das três esferas de governo, explica esse comportamento.



O setor famílias

A principal fonte de renda do setor famílias é a remuneração dos empregados, paga, principalmente, por empresas e governo. As famílias também podem ter rendimentos da própria produção, como no caso dos autônomos e dos trabalhadores por conta própria. A renda disponível bruta é formada por essas rendas acrescida de outras remunerações e transferências, subtraindo pagamentos como despesas com juros e contribuições sociais.

A participação da remuneração dos empregados na renda disponível bruta das famílias apresentou trajetória de crescimento até 2011, quando atingiu o patamar máximo da série, em valores correntes (65,3%). Desde então, essa relação vem caindo e, após um pequeno ganho de participação, em 2018, a remuneração dos empregados registrou nova redução em sua participação na renda disponível das famílias em 2019. Neste ano, a relação atingiu 61,5%, 0,7 ponto percentual menor do que no ano anterior.

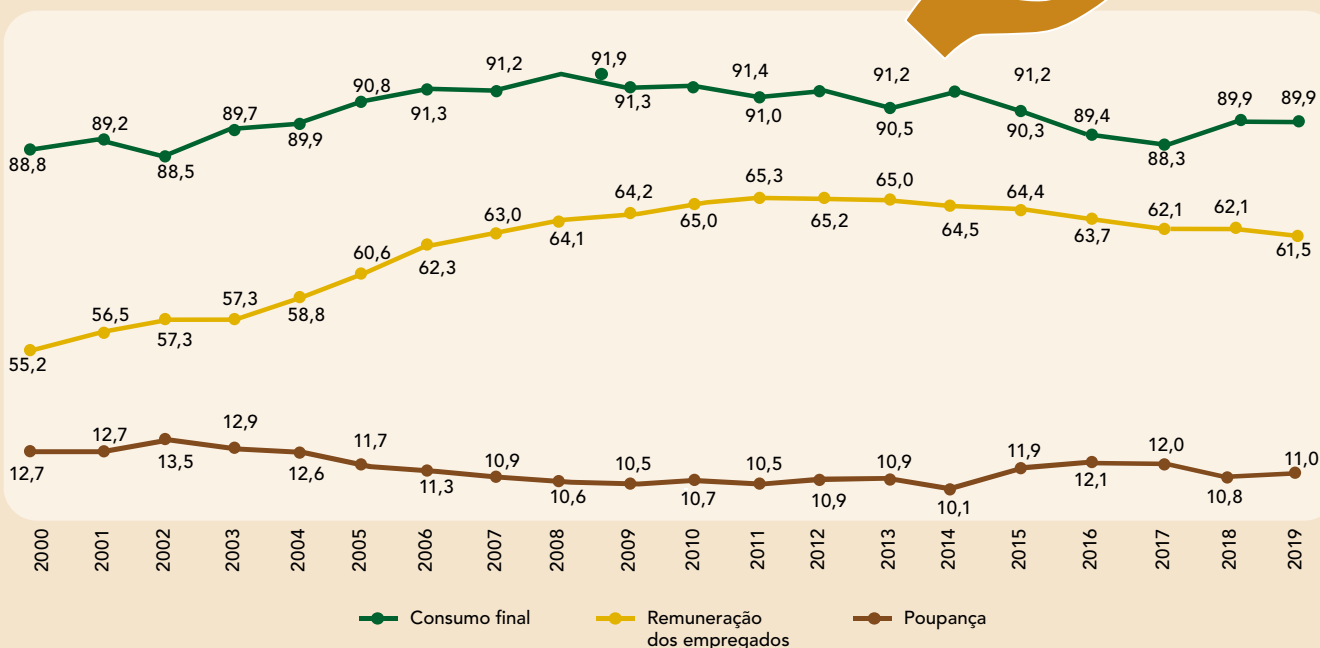
A parcela da renda consumida, ou seja, a participação do consumo final das famílias na renda disponível bruta do setor, apresentou estabilidade com relação ao ano anterior, permanecendo no patamar de 89,9%.

A poupança bruta, que corresponde à diferença entre a renda disponível bruta e o consumo final das famílias, acrescida do ajustamento pela variação dos direitos de pensão, apresentou pequeno aumento em sua participação na renda disponível bruta, atingindo 11,0%, 0,2 ponto percentual acima do registrado em 2018.

Em 2019, mesmo com crescimento nominal de 6,4% na despesa de consumo final, a capacidade de financiamento das famílias aumentou 13,6%, alcançando o valor de R\$ 184,6 bilhões, frente a R\$ 162,5 bilhões no ano anterior. Contribuíram para esse resultado, sobretudo, o crescimento de 5,3% da remuneração dos empregados, o aumento de 6,5% nas rendas de propriedade recebidas, contra a redução de 5,3% nas rendas de propriedade pagas. Também teve contribuição importante para a capacidade de financiamento, o aumento dos benefícios sociais recebidos pelas famílias de 9,2% em termos nominais, enquanto as contribuições sociais pagas por este setor, que representam um montante menor, aumentaram 9,9%. Esse índice elevado é atribuído, basicamente, ao forte crescimento dos suplementos às contribuições sociais das famílias, enquanto pelo lado dos benefícios sociais recebidos, outras modalidades de saques do FGTS, como o saque aniversário, tiveram participação relevante. ■

Participação na renda disponível das famílias (%)

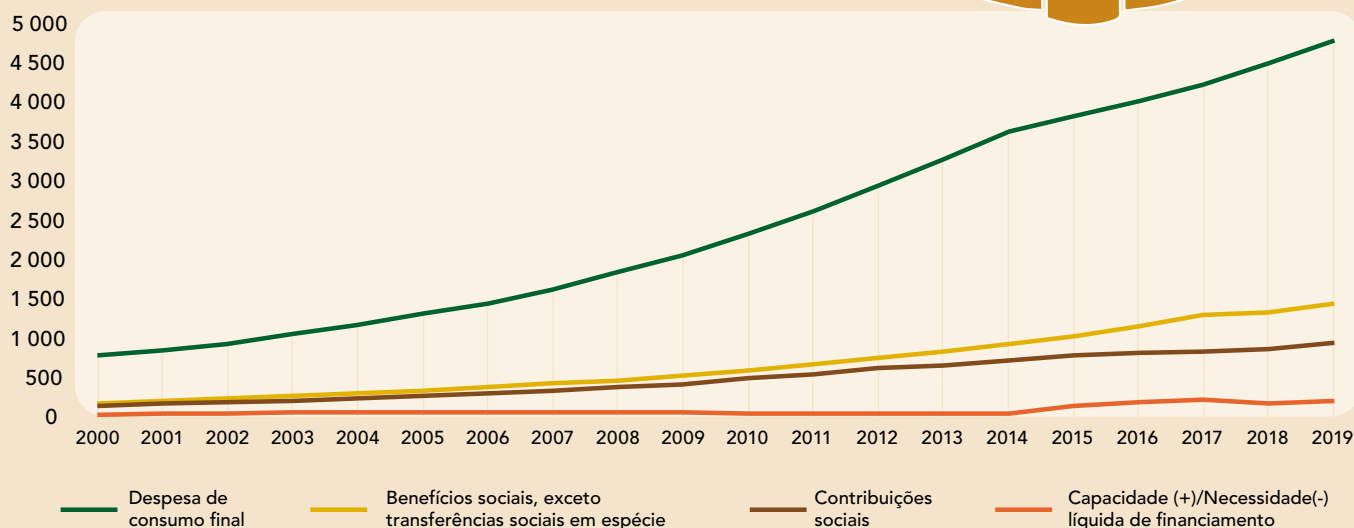
2000-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Consumo final, benefícios sociais, contribuições e capacidade de financiamento das famílias (R\$ bilhões)

2000-2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Visão sintética do panorama econômico nacional, segundo os principais indicadores 2010-2019

Principais indicadores	Visão sintética do panorama econômico									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Produção e renda										
Produção										
PIB (variação percentual em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	(-) 3,5	(-) 3,3	1,3	1,8	1,2
PIB (1 000 000 000 R\$)	3 885,8	4 376,4	4 814,8	5 331,6	5 779,0	5 995,8	6 269,3	6 585,5	7 004,1	7 389,1
PIB per capita (R\$)	19 938,60	22 259,91	24 278,35	26 657,54	28 648,74	29 466,85	30 558,75	31 843,95	33 593,82	35 161,70
Ótica da produção (variação percentual em volume)										
Valor adicionado bruto da agropecuária	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2	14,2	1,3	0,4
Valor adicionado bruto da indústria	10,3	4,1	(-) 0,7	2,2	(-) 1,5	(-) 5,8	(-) 4,6	(-) 0,5	0,7	(-) 0,7
Valor adicionado bruto dos serviços	6,5	3,5	2,9	2,8	1,0	(-) 2,7	(-) 2,2	0,8	2,1	1,5
Ótica da demanda (variação percentual em volume)										
Despesa de consumo final	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	(-) 2,8	(-) 2,9	1,3	2,0	1,9
Formação bruta de capital fixo - FBCF	17,9	6,8	0,8	5,8	(-) 4,2	(-) 13,9	(-) 12,1	(-) 2,6	5,2	4,0
Exportação de bens e serviços	11,7	4,8	0,7	1,8	(-) 1,6	6,8	0,9	4,9	4,1	(-) 2,6
Importação de bens e serviços	33,6	9,4	1,1	6,7	(-) 2,3	(-) 14,2	(-) 10,3	6,7	7,7	1,3
Renda, poupança e investimento (%)										
Poupança/PIB	17,8	18,6	17,7	18,1	16,1	14,5	13,4	13,6	12,7	12,2
Taxa de investimento - FBCF/PIB	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8	15,5	14,6	15,1	15,5
Poupança/renda disponível bruta	18,3	19,1	18,1	18,4	16,4	14,8	13,7	13,8	13,1	12,6
Taxa de autofinanciamento - poupança/FBCF	86,6	90,2	85,3	86,7	81,1	81,4	86,3	93,3	84,1	79,1
Remuneração dos empregados/PIB	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6	44,7	44,3	43,6	43,5
Excedente operacional bruto + rendimento misto bruto/PIB	42,2	41,9	41,3	41,2	41,6	40,4	40,8	40,7	41,0	41,2
Capacidade (+) ou Necessidade (-) líquida de financiamento/PIB	(-) 4,0	(-) 3,2	(-) 3,7	(-) 3,5	(-) 4,4	(-) 2,9	(-) 1,6	(-) 1,0	(-) 2,4	(-) 3,3
Setor externo										
Saldo em transações correntes (1 000 000 000 US\$) (2)	(-) 79,2	(-) 76,5	(-) 84,4	(-) 80,0	(-) 101,7	(-) 54,8	(-) 24,5	(-) 22,0	(-) 51,5	(-) 65,0
Grau de abertura da economia: (importações + exportações)/PIB (%)	22,8	23,9	25,1	25,8	24,7	27,0	24,5	24,3	28,9	28,9
Investimento Direto no País - IDP (1 000 000 000 US\$) (2)	82,4	102,4	92,6	75,2	87,7	64,7	74,3	68,9	78,2	69,2
Investimento estrangeiro em carteira (1 000 000 000 US\$) (2)	(-) 66,9	(-) 41,2	(-) 15,8	(-) 32,3	(-) 41,4	(-) 17,8	20,0	17,7	6,9	19,2
Reservas internacionais (1 000 000 000 US\$) (2)	288,6	352,0	373,1	358,8	363,6	356,5	365,0	374,0	374,7	356,9
Política monetária, câmbio e preços										
IPCA (%) (3)	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7	3,7
Taxa de juros SELIC (%) (2)	9,8	11,6	8,5	8,2	10,9	13,3	14,0	9,9	6,4	6,0
Taxa de câmbio (R\$/US\$) (2)	1,8	1,7	2,0	2,2	2,4	3,3	3,5	3,2	3,7	3,9
Trabalho										
Variação do número de ocupações (%)	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6	1,3	2,7	1,6
Finanças públicas (%)										
Carga tributária bruta (impostos + contribuições/Produto Interno Bruto) (4)	33,1	33,9	33,5	33,5	32,8	33,0	33,2	33,3	33,6	33,6
Carga tributária líquida/Produto Interno Bruto (5)	18,9	19,6	18,6	18,1	16,7	16,2	15,1	14,0	15,2	14,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Dados obtidos do Fundo Monetário Internacional - FMI. (2) Dados obtidos do Banco Central do Brasil. (3) Média dos preços no ano, contra média do ano anterior. (4) Não inclui as contribuições sociais imputadas. (5) Desconta, da carga tributária bruta, os subsídios, benefícios e transferências às Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação
e Disseminação de
Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Freepik

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de
resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>